

## APANHADOS DE SURPRESA? A EMBAIXADA ALEMÃ E O ACORDO DOS AÇORES

*Felicitas von Peter*

Mal imaginava o coronel von Esebeck o que o esperava quando entrou no Ministério da Guerra português, em 9 de Julho de 1943. O subsecretário do Ministério da Guerra, Fernando dos Santos Costa, tinha pedido para falar com o adido militar alemão, o que não acontecia desde que von Esebeck assumira o cargo dois anos antes. Até aí fora sempre o alemão que pedira para ser recebido por Santos Costa. Este facto, bem como a circunstância de o convite ter sido feito de uma maneira camuflada, levava Esebeck a suspeitar que o capitão português desejava discutir assuntos importantes.

O adido militar alemão não ficou desapontado: Santos Costa informou von Esebeck que existia a ameaça iminente de o arquipélago dos Açores ser ocupado pelos aliados. Perguntou-lhe que tipo de assistência estariam os alemães dispostos a dar a Portugal no caso de os aliados poderem aterrar no país, e qual seria a sua atitude em relação a essa possibilidade. Como era previsível que a guerra se prolongasse por muito mais tempo, era provável que os aliados recorressem a possessões espanholas e portuguesas. “Em face de esta possibilidade quer-se a protecção da Alemanha”.

Santos Costa revelou que recebera um relatório detalhado acerca de uma conversa que o adido militar americano, coronel Hohental, tinha tido com um alto oficial português, e vários relatórios da PVDE relativos a comentários feitos por membros da comunidade britânica e por oficiais do Foreign Office que “tinham passado por Lisboa” recentemente.

Segundo Hohental, Portugal via-se obrigado a pôr à disposição dos ingleses as suas ilhas e a metrópole, em conformidade com a centenária aliança. Ao controlarem a Península Ibérica, os aliados ganhariam algumas vantagens muito importantes, entre as quais a capacidade de combater os submarinos alemães a partir das costas atlânticas. Além disso, uma ocupação de Portugal metropolitano prenderia uma grande quantidade de tropas do Eixo aos Pirinéus, ao mesmo tempo que impedia o abastecimento de outros teatros de guerra. Quanto aos arquipélagos atlânticos, Hohental considerava os Açores cruciais no encerramento da famosa “brecha no Atlântico”. Se os aliados pudessem estabelecer bases de desembarque nestas ilhas, os seus aviões poderiam escoltar os navios aliados da América até à Europa contra a ameaça submarina alemã.

Na opinião de Santos Costa, os ministros do governo português tinham sido informados do conteúdo dos relatórios de Hohental e da PVDE. No entanto não pareciam mostrar muita resistência aos planos dos aliados, como o subsecretário da

Guerra lamentava a von Esebeck. O ministro da Economia, Rafael Duque, temia que a metrópole se visse separada das colónias, o que provocaria uma grave quebra no seu abastecimento de produtos alimentares, se o governo português se opusesse às intenções dos aliados. Santos Costa disse a von Esebeck que fizera ver ao ministro que a perda das colónias significava a perda de “botas e calças”, enquanto que a cedência às exigências dos aliados significaria a perda da cabeça, ou seja, de Portugal continental.

Salazar pedira a Santos Costa para resumir a sua posição acerca dos relatórios de Hohental e da PVDE. Santos Costa, pronto para impedir qualquer acção aliada, quer contra Portugal metropolitano quer contra os arquipélagos, convocara Esebeck para que este lhe fornecesse alguns “argumentos decisivos” a pôr perante Salazar, que o ajudassem a “exercer a influência decisiva” e a “sustentar o governo na sua intransigência”.

Quando Esebeck explicou que não conhecia nem podia revelar os objectivos do governo alemão ou do seu comando militar, Santos Costa assegurou-lhe que não estava interessado em pormenores e que tudo o que queria era uma avaliação da situação, “mesmo que fosse exagerada”, ou seja, “algo com que pudesse trabalhar”.<sup>1</sup>

Os arquipélagos atlânticos ocupavam um lugar importante nos planos estratégicos dos aliados desde os primeiros meses da guerra. A área em redor dos Açores era uma coutada favorita dos submarinos alemães para o ataque aos comboios de navios americanos a caminho da Europa e do Extremo Oriente. A rota normal dos comboios de navios para a Grã-Bretanha era pelo norte via Islândia, e era prejudicada pelo mau tempo e pelo gelo. A rota do sul era também acidentada devido à falha na protecção aérea na zona dos Açores. Os submarinos alemães seguiam os comboios de navios até estes atingirem um ponto em que a aviação aliada da América do norte e da Islândia tivesse que regressar à base por falta de combustível, atacando então durante essa brecha e desaparecendo assim que era estabelecida a escolta aérea vinda da Grã-Bretanha. Ficava demonstrado que, desde que um único avião protegesse um comboio de navios durante a maior parte do dia, a operação dos submarinos alemães na “brecha no Atlântico” se via muito restringida.

A gravidade da ameaça submarina alemã aos comboios aliados é ilustrada por sir Frank Roberts, na altura director do departamento do Foreign Office que se ocupava de Portugal (departamento central). Numa entrevista salientou que “se os afundamentos se continuassem a verificar àquela velocidade, é duvidoso que pudessemos continuar a guerra por mais seis meses”.<sup>2</sup>

Dada a imensa importância dos arquipélagos atlânticos, as potências aliadas tinham elaborado planos para a ocupação dos Açores (bem como de Cabo Verde) repetidamente desde o início da guerra.<sup>3</sup> Por mais de uma vez o COS tinha mesmo considerado as vantagens de chamar Portugal para a guerra para ganhar os Açores.<sup>4</sup> No início de Fevereiro de 1943, num memorando para o embaixador britânico em Lisboa, sir Ronald Campbell, Cavendish Bentinck lembrava que aquele seria provavelmente o ano decisivo na guerra contra a Alemanha. Bentinck esperava que a batalha do Atlântico fosse ganha ou perdida no verão seguinte, quando a campanha submarina alemã atingisse o seu ponto máximo. Por essa razão havia de

novo uma necessidade urgente de bases nas ilhas atlânticas, especialmente nos Açores.<sup>5</sup>

Os estados-maiores britânicos (COS) estavam em particular interessados nas condições de desembarque da Terceira e de São Miguel e nas condições de abastecimento de escoltas aéreas para os navios de São Miguel ou do Faial. Estas condições dariam aos aliados uma possibilidade de protecção dos comboios de navios entre os Estados Unidos e as Caraíbas e o Mediterrâneo ou a Grã-Bretanha; América do Sul e a Grã-Bretanha; bem como entre a Grã-Bretanha e a África Ocidental, e o Cabo e o Oriente.<sup>6</sup> Além disso, os aliados aumentariam a sua capacidade de carga porque poderiam usar uma rota mais directa através do Atlântico. Para mais, os barcos que furavam o bloqueio entre a Alemanha e o Japão poderiam ser impedidos de o fazer. O COS reconhecia que o preço a pagar pela obtenção de tais condições dependeria da avaliação que britânicos e portugueses fizessem da probabilidade de um ataque alemão. O COS pensava que um tal ataque a Portugal, mesmo que improvável, acarretaria um envio de ajuda militar que afectaria as operações aliadas em todos os outros pontos.

A 10 de Maio de 1943 o primeiro-ministro britânico Winston Churchill, de visita aos Estados Unidos, enviava um telegrama ao seu ministro dos Negócios Estrangeiros, Anthony Eden, e ao vice-primeiro-ministro, Clement Attlee. Churchill dizia que tinham estado todos “a pensar nos Açores” durante a viagem e propunham discutir o assunto a nível oficial em Washington.

Devo contudo dizer que pessoalmente deveria estar preparado, se os EUA se nos juntarem, (...) não apenas para “abordar” os portugueses mas para lhes fazer saber que se puserem dificuldades tencionamos tomar essas ilhas que são necessárias para a nossa vida e para o sucesso da guerra, e que esperamos que isso se faça sem derramamento de sangue. Poderá ser mais fácil para eles renderem-se à *force majeure* depois de terem protestado, e até terem ido ao ponto de quebrar relações, do que fechar os olhos ou abertamente consentir numa tal violação da sua neutralidade. Partilho a opinião dos chefes de estado-maior que não é provável uma invasão da Península Ibérica no futuro próximo mas em qualquer caso não daria uma garantia para defender Portugal que é um comprometimento militar muito grande e que desfaria todos os outros planos. Também concordo com os chefes de estado-maior que agora, após a vitória na Tunísia, é o momento de agir.<sup>7</sup>

O Foreign Office em Londres discordou totalmente com o primeiro-ministro. Michael Williams, um dos altos funcionários do departamento central, fez notar que “do ponto de vista moral” uma ocupação pela força seria pior que quase tudo que os alemães tivessem feito na guerra até então. O departamento considerava que Salazar seria tentado a quebrar relações diplomáticas e comerciais, mas não se atreveria a fazer Portugal entrar na guerra contra os britânicos. Punha-se era o problema de a política económica portuguesa em relação à Alemanha sofrer um desenvolvimento positivo, e a quantidade de volfrâmio para lá exportado aumentaria.<sup>8</sup> Além disso, os alargados interesses comerciais britânicos em Portugal seriam postos em perigo.

Em várias cartas para Churchill, Eden e o Foreign Office tentaram convencer o primeiro-ministro de que a única opção possível para a obtenção das condições nos Açores era a via diplomática. Eden sublinhava que o comité de defesa se declarara contra uma tomada pela força das ilhas. De qualquer maneira, tal operação, a realizar-se, teria de esperar até meados de Agosto devido à falta de tropas experientes e de material de desembarque. Depois de Churchill persistir na sua ideia de uma entrada pela força nas ilhas, a 24 de Maio Eden e o gabinete de guerra apelaram a Churchill para que recorresse à via diplomática. O ministro dos Negócios Estrangeiros insistia que uma decisão só seria tomada após o regresso de Churchill a Londres e realçava que Salazar não parecia disposto a ceder a um ultimato.<sup>9</sup>

Depois da chegada de Churchill dos Estados Unidos, o comité de defesa reuniu-se a 7 de Junho, discutindo longamente o problema dos Açores. Para além das dificuldades políticas e económicas que se seguiriam a uma ocupação pela força, havia outro forte argumento em favor de uma abordagem diplomática: se os portugueses concedessem livremente aos britânicos bases nos Açores, as relações entre os aliados melhorariam muito e chegaria a ser possível privar a Alemanha de ainda mais volfrâmio do que antes. O Foreign Office sugeria que se iniciassem as negociações dentro de seis ou oito semanas, dando tempo aos preparativos militares caso Portugal recusasse o apelo britânico.<sup>10</sup>

Os acontecimentos deram uma volta inesperada quando Campbell, a 8 de Junho, teve uma longa entrevista com Salazar. O dirigente português explicou a Campbell que pensava ter chegado a altura de rever o “plano anglo-português para colaboração na eventualidade de uma emergência” à luz dos recentes desenvolvimentos na guerra. O embaixador britânico suspeitava que Salazar estivesse preocupado com a situação instável em Espanha, onde havia indícios de que o conflito entre monárquicos e a Falange poderia reacender uma guerra civil. Campbell escrevia para Londres que Salazar, com “a sua visão de um Bloco Peninsular a atravessar a guerra, em vibrantes cores, como um oásis de paz, a desvanecer-se rapidamente”, queria agora claramente voltar-se para a Grã-Bretanha, “reconhecendo no mínimo que a Grã-Bretanha é o seu único amigo”. As vitórias dos aliados teriam possivelmente mudado a opinião de Salazar, convencendo-o de que Portugal devia ajudar o seu aliado de uma maneira mais decisiva do que até aí. Campbell estava quase seguro de que Salazar queria que os britânicos invocassem a aliança e concluía: “A disposição do dr. Salazar dá-nos um pretexto exacto para lhe dirigirmos qualquer proposta que queiramos”.<sup>11</sup>

Para o Foreign Office isto eram boas notícias, desesperado como estava com a procura de um meio de evitar mais pressão por parte de Churchill. Campbell foi informado dois dias mais tarde acerca do estado das discussões sobre as condições nos Açores. Como Salazar se mostrasse mais disponível do que o esperado para uma abordagem, comentava o Foreign Office, Campbell deveria obter uma outra entrevista com o presidente do conselho tão cedo quanto possível, e invocar a aliança, pedindo a Salazar as condições para desembarque e abastecimento nos Açores. Em troca, Portugal receberia garantias quer da retirada das tropas de sua majestade dos Açores quer da manutenção da soberania portuguesa sobre as suas colónias depois da guerra. Na mesma missiva Campbell era informado de que

tenham sido elaborados planos secretos para uma ocupação dos Açores se os portugueses recusassem o apelo, e que a Grã-Bretanha se acharia obrigada a pôr os planos em acção mais pelo verão dentro se a via diplomática falhasse.<sup>12</sup>

O embaixador britânico falou com Salazar a 18 de Junho. Salazar pareceu levemente surpreendido com a proposta britânica, e mostrou-se desde o início tão silencioso que Campbell teve dificuldade em começar a discussão. O governo britânico estava convencido que a possibilidade de um ataque alemão a Portugal era agora tão remota que decidira solicitar ao velho aliado “um serviço que para ele tinha grande valor”. A acompanhar a nota que resumia a proposta britânica, Campbell entregou a Salazar um memorando mostrando que a Alemanha não possuía forças terrestres suficientes para lançar um ataque à península sem pôr gravemente em risco a campanha da Rússia, e que a sua força aérea estava por um fio.

Salazar não reagiu desfavoravelmente ao apelo britânico e prometeu rever a situação. Todavia deixou claro que não concordava de forma nenhuma com a avaliação britânica da reacção alemã. O presidente do conselho censurou Campbell por o estado-maior britânico ter “uma visão um tanto optimista e simplista das coisas no que tocava à actividade de guerra da Alemanha”. Que aconteceria se a Alemanha fizesse a paz com a Rússia? Milhares de homens seriam certamente libertados para novas ofensivas e para invadir a Península Ibérica. Mesmo que a Alemanha não assinasse um acordo de paz com os russos, poderia muito bem atacar cidades portuguesas ou navios portugueses transportando produtos vitais para a economia da metrópole.

Campbell fez os possíveis para sossegar as preocupações de Salazar e assegurou-lhe que a Grã-Bretanha ajudaria o seu velho aliado a proteger os seus navios e cidades. O mais importante de tudo era que o apelo fosse mantido em segredo, pois o Eixo podia “com um golpe frustrar o plano” se dele tivessem conhecimento. Salazar concordou, mas escreveu mais tarde que pensara em como seria difícil “cercar de segredo um assunto em que a imprensa do bloco e os adidos ingleses e americanos falam com tanta desenvoltura em Lisboa”.<sup>13</sup>

A 23 de Junho Salazar transmitiu a sua resposta à embaixada britânica. Portugal aceitava em princípio o pedido britânico mas exigia que as consequências políticas, militares e económicas das concessões fossem discutidas em pormenor. O governo português registava também as garantias britânicas acerca da integridade dos Açores no pós-guerra e esperava receber garantias semelhantes dos Estados Unidos, da União Sul-Africana e da Austrália. Era evidente que Salazar, embora aceitasse o apelo britânico, tentava ganhar tempo, fazendo a cedência das bases depender de um desfecho satisfatório das conversações económicas, militares e políticas.<sup>14</sup>

Entretanto, em Londres, foi formada uma delegação de membros dos três serviços, encabeçada pelo vice-marechal da Força Aérea Medhurst e, como representante do Foreign Office, Frank Roberts, que se dirigiu para Lisboa no final de Junho. O nome de código para a missão era INGOT. As conversações começaram a 5 de Julho. Desde o início que a delegação britânica percebeu que as discussões não iam decorrer tão facilmente quanto fora desejado em Londres. Antes de tudo, os portugueses consideravam os pedidos de bases dos britânicos excessivos. Medhurst relatava a 7 de Julho:

É claro que pensaram que as “concessões” que pretendíamos se resumiam ao desembarque de alguns aviões nos Açores de vez em quando, com poucos homens a servi-los, e um navio escolta ocasional para reabastecimento. Se tais fossem as concessões não teria sido preciso dizer nada a ninguém e tudo ficaria como dantes. Por isso, quando expusemos as nossas exigências em pormenor, a reacção imediata deles foi “mas isto quererá dizer guerra para Portugal”.<sup>15</sup>

Pior do que isso, os britânicos perceberam que os portugueses tinham uma visão algo limitada das conversações, estando em primeiro lugar preocupados quer com a hipótese de uma paz separada entre a Alemanha e a Rússia, que permitiria ao Eixo voltar-se para a península, quer com o possível perigo trazido pela instabilidade espanhola.

Antes da chegada da delegação britânica Campbell já oferecera a Salazar uma avaliação da probabilidade de a Alemanha fazer a paz com a Rússia — sem surpresas, o documento concluía que “qualquer abordagem do governo soviético pela Alemanha seria sumariamente rejeitada” e que a Rússia estava longe de desistir da eliminação da “ameaça alemã”.<sup>16</sup>

Agora Campbell contava com a ajuda dos recém-chegados. Logo que os delegados britânicos desfizeram as malas Campbell pô-los a trabalhar. Durante a primeira semana de conversações Salazar foi inundado de memorandos acerca das terríveis perdas impostas pelas campanhas da Rússia e do norte de África à máquina de guerra alemã. Ao mesmo tempo discutiram-se as prováveis reacções da Alemanha à concessão das bases dos Açores à Grã-Bretanha.

Além de não possuir forças terrestres que pudessem ser dispensadas numa campanha ibérica, e de não se achar capaz de libertar um número suficiente de aviões para pôr em perigo Portugal, a Alemanha não declararia guerra a Portugal por outra razão. Segundo um dos memorandos, uma invasão de Portugal resultaria em grandes desvantagens económicas para a Alemanha “sem qualquer proporção com os benefícios a ganhar”, pois colocaria um pesado fardo no sistema de transportes e obrigaria os alemães a construir “organizações fornecedoras grandes e novas numa área onde as comunicações eram más e os caminhos de ferro de bitolas diferentes”. O memorando concluía dizendo que desde que a Alemanha continuasse a receber benefícios económicos “e outros” de Portugal não seria do seu interesse cortar relações, quanto mais declarar guerra.<sup>17</sup>

Por essa razão, a reacção da Alemanha às concessões aos britânicos era “cada vez mais remota”, especialmente depois do desembarque dos aliados na Sicília ter sobrecarregado ainda mais a máquina de guerra alemã. Segundo os britânicos, as forças alemãs tinham-se revelado bastante incapazes de apoiar as tropas italianas na Sicília, tanto com meios terrestres como aéreos. A delegação pensava que era muito possível que a Alemanha tivesse ainda que deslocar forças de França para assegurar as reservas necessárias à sua linha de defesa a leste. Quanto ao perigo vindo de Espanha, a Delegação britânica pensava que era inconcebível um ataque espanhol quer a Portugal quer à Grã-Bretanha, considerando que se tinham recusado a entrar na guerra em 1940, quando uma vitória alemã se afigurava muito mais plausível. A resumir, a delegação britânica concluía que “apesar da cedência das

bases dos Açores aos britânicos, a manutenção das relações luso-alemãs continuar a ser do interesse da Alemanha".<sup>18</sup>

Por mais convincentes que fossem os argumentos britânicos (e em retrospectiva é sempre fácil ser-se convencido pelos argumentos do lado vencedor) a delegação portuguesa não se deixava persuadir.

A 13 de Julho o coronel Barros Rodrigues transmitiu um memorando à delegação britânica em que essencialmente se refutava a opinião britânica de que uma invasão alemã da península era virtualmente impossível.

A delegação portuguesa mais uma vez salientava que não partilhava do "optimismo" do estado-maior britânico, em especial no que se referia ao destino da Península Ibérica. Dizia que os alemães podiam atacar os seus navios, as instalações portuguesas nos Açores ou mesmo a metrópole, com ou sem a cumplicidade espanhola. Um ataque sobre a península Ibérica permitiria à Alemanha controlar a costa atlântica (e assim reduzir também a utilidade para os britânicos das bases dos Açores) e extrair uma quantidade ilimitada de volfrâmio.

De acordo com o memorando português, o perigo vindo de Espanha também não podia ser simplesmente ignorado: os tratados de amizade entre os dois países baseavam-se todos na neutralidade de Portugal. Uma vez abandonada essa neutralidade, a Espanha seria tentada a realizar o seu velho sonho, a unificação da península. Embora a delegação portuguesa admitisse que para a Espanha já passara a altura própria de se aliar ao Eixo, "dado o espírito particular e um pouco medieval do povo espanhol, não pode deixar de admitir a hipótese dessa atitude da sua parte, embora mesmo contrária aos seus próprios interesses".

Na verdade, havia apenas um cenário do qual o perigo de um ataque alemão fora afastado: os portugueses sentiam-se protegidos contra um ataque por via marítima das suas costas, mas só por causa da "protecção imediata que lhe seria, certamente, prestada pelas forças navais e aéreas inglesas". Isto indiciava já o argumento mais poderoso do governo português. Sem qualquer tentativa de escamoteamento de culpas, o memorando apontava a principal fraqueza de Portugal: a constante falta de armamento para defender o país. Admitir que o país não podia ser defendido poderia significar "negar a concessão das utilizações pedidas", concluía o memorando. No entanto, o governo português, como velho aliado da Grã-Bretanha, estava disposto a "sofrer riscos e perigos" mas "pretende que esses riscos não exponham o país à sua destruição total e, sobretudo, a situação irreparável, quer material, quer, sobretudo, moral". E com um dramatismo inerente a muitos despachos assinados por Salazar, o memorando concluía: "A honra do país é, para o Governo, coisa sagrada".<sup>19</sup>

Os britânicos não demoraram muito a responder. No dia seguinte tentaram convencer o governo português que a avaliação britânica se baseava em provas reais. Os especialistas britânicos, dizia o novo memorando, não se achavam mais inteligentes que os seus congéneres portugueses, mas melhor informados. Sem revelar a sua fonte de informação mais importante, a ULTRA, a delegação britânica elaborou uma longa lista das fontes que lhes haviam prestado a informação contida nos seus cálculos. Em resultado dessa informação o COS conhecia "ou de nome ou por número a existência e localização de praticamente todas as divisões do Eixo".

O balanço que vinha fazendo ao longo dos últimos dois ou três anos do poderio e capacidade alemães era, pois, “notavelmente preciso”. Tais informações habilitavam assim os britânicos a “refutar com absoluta confiança” a preocupação portuguesa com um ataque alemão à península. Se a utilização dos Açores tivesse sido pedida em 1940, a delegação britânica admitia que a Alemanha tivesse invadido a Espanha e Portugal. Agora, contudo, as forças do Eixo estavam tão esgotadas “que não estão já em posição de fazer tudo o que gostariam de fazer”.<sup>20</sup>

Fosse por medo genuíno ou como mero instrumento para extrair mais concessões — e em especial armamento — ao seu velho aliado, os portugueses continuaram a evidenciar preocupação com a reacção da Alemanha à cedência das bases nos Açores. Baseavam a sua apreensão em provas bastante frágeis.

No seu memorando de 13 de Julho, a delegação portuguesa fez notar que as autoridades alemãs, em especial os adidos militares, tinham sublinhado repetidamente “a disposição em que a Alemanha está de intervir em Portugal, caso as posições dos Açores ou das outras ilhas sejam cedidas aos aliados”. Ainda muito recentemente tinha sido reafirmada tal posição, diziam os portugueses.<sup>21</sup> A 11 de Julho, várias “personalidades alemãs proeminentes” tinham sublinhado que a cedência de bases nos Açores significaria uma “afronta” para a Alemanha, “cujos resultados se não podem prever, a não ser de deduções tiradas da afirmação, feita por Hitler há tempo: ‘Onde estiver na Europa o inimigo, aí apareceremos nós’”.<sup>22</sup> Finalmente, a 16 de Julho, o chefe da repartição dos negócios políticos no MNE recebeu o especialista em volfrâmio e conselheiro da embaixada alemã, Walter Weber. Weber, de regresso à Alemanha, sinistramente avisou que as “poderosas divisões blindadas” alemãs nos Pirinéus estavam prontas para atravessar a fronteira “à primeira voz... para levarem a guerra onde quer que os aliados apareçam”.<sup>23</sup> Que substância haveria nestas ameaças veladas? Corresponderiam à atitude da embaixada alemã em Lisboa e, especialmente, do embaixador alemão Hoyningen Huene, responsável pelo relato a Berlim de quaisquer mudanças na política portuguesa e pela concepção das relações luso-alemãs em Lisboa?

Se os britânicos soubessem o que se passava na embaixada alemã em Lisboa nas primeiras semanas de Julho, poupar-se-iam a bastante trabalho.

O adido militar von Esebeck dirigiu-se imediatamente para a embaixada alemã após a sua conversa com o subsecretário da Guerra Santos Costa, a 9 de Julho, e descreveu ao embaixador o que acontecera. Os dois decidiram que Santos Costa devia receber uma resposta e von Esebeck elaborou um rascunho, depois discutido com o embaixador, o adido naval e o adido aéreo. Von Esebeck entregou o texto traduzido para português a Santos Costa, que ficou, “como era esperado, desapontado”.

A resposta alemã a Santos Costa começava com uma declaração bastante vaga: se os aliados aterrassem na Península Ibérica, teriam de defrontar-se “com um contra-ataque alemão ou italiano ou de ambos, acontecesse ou não esse contra-ataque”. Em contraste com os desembarques no norte de África, uma invasão da península aproximaria as forças aliadas dos soldados do Eixo. Quanto mais próximas estivessem as operações aliadas das bases alemãs no sul de França, mais frequentemente a força aérea germânica atacaria os aliados. Os excelentes meios de



comunicação no sul de França permitiriam também a movimentação de grandes unidades. Homens e aviação poderiam ser movimentados para trás ou para a frente rapidamente, mesmo para além da fronteira, como se lia no memorando: “A rapidez das unidades motorizadas alemãs já deu provas e é conhecida”. Sob estas circunstâncias, o desembarque de tropas aliadas tinha de ser encarado como uma iniciativa “de alto perigo” pelos seus dirigentes. Os aliados também tinham de considerar a quantidade de tropas necessárias para a invasão da península: no norte de África tinham conseguido aterrar e preparar as suas tropas “relativamente em paz”, agora teriam de enfrentar um adversário com “excelentes vias de comunicação, o que possibilitará a mobilização de forças importantes e um reabastecimento contínuo”.

Para além das dificuldades no campo militar, o memorando alemão enumerava as razões políticas que tornariam uma invasão aliada difícil. Em primeiro lugar, a garantia dada após o desembarque aliado em Casablanca sobrecarregaria muito as tropas no caso de um desembarque contra a vontade dos governos português e espanhol. Além disso parecia que os britânicos não acolhiam com bons olhos a ideia de um estabelecimento americano na Europa, ou mesmo próximo da Europa. Por essa razão não consentiriam numa acção solitária dos americanos, e qualquer desembarque conjunto e subsequente batalha seria minada pelas disputas anglo-americanas.

O memorando prosseguia dizendo que estas apreensões políticas aplicavam-se não só à Península Ibérica mas igualmente às outras possessões portuguesas e espanholas. “As mesmas dificuldades aplicam-se à tomada dos Açores, por exemplo”. Os alemães tinham razões para acreditar que uma invasão das ilhas atlânticas portuguesas não era propriamente uma das prioridades dos aliados.

Neste contexto, interessa o artigo da “Voz” de 9 de Julho do ET que disse que a muito falada “brecha no Atlântico” foi fechada, não pela acção de aviões operando a partir de porta-aviões mas através de aviões que descolaram de bases situadas nas costas opostas. Com isso, retira-se tanto aos americanos como aos ingleses o argumento de que no Atlântico ainda existia uma zona onde eles não podiam proteger os seus comboios de navios. Ao argumento de que uma ocupação talvez facilitasse as coisas, tinham agora de se contrapor, com muito maior peso, as dúvidas políticas.

Tinha também de ser assumido que os aliados já antes tinham avaliado a importância estratégica dos Açores e da metrópole, pelo menos durante o planeamento do desembarque aliado do norte de África. As declarações proferidas pelo coronel Hohental “tinham de parecer muito duvidosas no sentido da guerra psicológica”. Por isso, embora a posse da Península Ibérica e dos Açores tivesse indubitavelmente interesse para os aliados, o uso de meios militares parecia bastante improvável.

O artigo de *A Voz* a que se referia o memorando alemão era uma pequena notícia de menos de dez linhas na página quatro, intitulada “Já está fechada uma famosa ‘brecha’ do Atlântico”. Relatava que aviões canadianos se tinham encontrado com aviões do comando costeiro da Royal Air Force a meio do oceano. Isto queria dizer que “a brecha do Atlântico está agora fechada, não só com aparelhos dos

'porta-aviões', como também com aparelhos com base em terra, em ambos os lados". O facto de a notícia ter sido transmitida a *A Voz* pelo *Exchange Telegraph*, o telégrafo noticioso oficial dos britânicos, e portanto tudo menos uma fonte neutral, era de pouca importância para os adidos militares alemães ou para o embaixador da Alemanha.<sup>24</sup>

Quem era Oswald, barão von Hoyningen Huene, embaixador alemão em Lisboa desde 1934, que se mostrava tão despreocupado com os desígnios aliados para os Açores?

Huene nasceu a 29 de Julho de 1885 na Suíça, filho de mãe inglesa e de pai alemão do Báltico. Oswald Huene decidiu tornar-se diplomata e, depois de se ter licenciado em direito em Friburgo, entrou para o serviço de estrangeiros alemão em 1921. Depois de ter estado em Estocolmo e Belgrado regressou ao Ministério dos Negócios Estrangeiros e, em 1929, tornou-se representante do Ministério dos Negócios Estrangeiros junto da chancelaria do presidente Hindenburg. Após a morte de Hindenburg em 1934, Huene veio para embaixador em Lisboa. Fora escolhido para o posto pelo velho presidente, não pelo chanceler Adolf Hitler — um pormenor que o barão báltico realçou bastantes vezes depois da guerra.

Em Setembro de 1944, quase dez anos após a sua entrada na embaixada em Lisboa, Huene voltou a ser chamado a Berlim para o Ministro dos Negócios Estrangeiros von Ribbentrop lhe dizer que a sua missão em Lisboa terminara. Não lhe foi dada qualquer razão para tal afastamento, e acabou por a dever ao seu alegado envolvimento na conspiração de 20 de Julho para matar Hitler — pretensão bastante improvável, como ficará demonstrado noutra sítio. Uma explicação possível para o afastamento parece ter sido o seu comportamento em Lisboa: a ignorância dos boatos acerca da tomada dos Açores pelos aliados na primavera e verão de 1943, e a sua inabilidade para impedir o embargo ao volfrâmio em Junho de 1944 só podiam significar uma grave derrota aos olhos do Ministério dos Negócios Estrangeiros alemão.

Que política desenvolveu Huene em relação a Portugal? Quais eram as suas ambições enquanto embaixador do Reich alemão, e como é que via o seu papel de representante da Alemanha nazi?

O embaixador britânico sir Ronald Campbell uma vez descreveu Huene como um "cavalheiro" e um "embaixador da velha escola", uma descrição de que Huene gostava tanto que a usou várias vezes em interrogatórios no pós-guerra, e nos seus escritos sobre o seu tempo em Lisboa. Ribbentrop, por outro lado, teria comentado que Salazar era um homem de sorte, pois tinha dois embaixadores: um em Berlim e o outro em Lisboa.<sup>25</sup> Não parece haver melhor forma de caracterizar Huene e a sua política de grande contenção do que estes dois comentários.

Quando chegou a Lisboa, o embaixador alemão ainda estava muito sob a influência dos seus quase sete anos de trabalho no gabinete do presidente Hindenburg, cuja "concepção da vida baseada na simplicidade e rigor, esgotando-se em trabalho" o impressionou muito. Huene queria continuar sob a mesma atitude no seu novo posto em Portugal, entregando-se ao trabalho cheio de idealismo e vigor. Quando chegou com a mulher a Lisboa, Portugal era visto como "um país pequeno, desinteressante e atrasado" pelos seus compatriotas.<sup>26</sup> Os Huene contribuiriam

para mudar esta opinião no seu país, bem como para mudar a percepção que os portugueses tinham da Alemanha. Com exposições, intercâmbios culturais e vários eventos na embaixada alemã, rapidamente conseguiram estabelecer bons contactos com os círculos culturais, políticos e económicos em Lisboa. Quando veio a guerra, Huene transformara a embaixada alemã num factor importante e poderoso na vida lisboeta. Para Huene, a chave deste sucesso era simples: haviam abraçado Portugal e a sua gente e posto o país ao mesmo nível da grande potência Alemanha, o que fora agradecido reconhecidamente pelos portugueses.<sup>27</sup>

A beleza do campo e da herança cultural de Portugal era apenas uma das razões para o esforço de Huene pelo país. Ainda mais forte era a sua admiração por Salazar. A descrição que Huene fazia de Salazar raiava a devoção, a sua confiança em Salazar não conhecia limites. "Várias vezes disse de Salazar: celebrava como um padre o serviço no altar da sua pátria", escreveu Huene depois da guerra, acrescentando "o carácter deste homem grande e sábio era sem par".<sup>28</sup>

Por isso, quando começou a guerra, foi fácil a Salazar ganhar Huene para a causa portuguesa. O governo alemão aprovava a declaração de neutralidade de Portugal, e Huene imediatamente percebeu que a manutenção da neutralidade ia ao encontro dos melhores interesses dos dois países. No entanto, o embaixador alemão retirava uma conclusão interessante desta questão: estava convencido que era seu dever ajudar Portugal a manter a sua neutralidade. "Eu tinha percebido desde o princípio que a declaração por nós dada no início da guerra no sentido de querer respeitar a neutralidade de Portugal, embora este país não fosse iniciar actos inimigos contra nós, ao mesmo tempo representava obrigação séria de nós próprios ajudarmos este país a manter a sua neutralidade".

As linhas mestras da sua política não mudaram com o início da guerra, escrevia Huene sobre o seu tempo em Lisboa. O seu objectivo mais importante ao longo dos dez anos como embaixador foi "criar uma boa atmosfera. Uma atmosfera de confiança e de respeito mútuo". Esta atmosfera permitia ao dois países falar numa amizade luso-alemã "no meio do clamor de guerra do mundo". Huene concedia que durante a guerra, "o nosso navio aproximou-se por diversas vezes muito perto das rochas, mas, aproveitando o vento e com hábil navegação, conseguiu sempre escapar ao perigo". Esta navegação pelas torrentes da guerra não teria terminado bem, reflectia o embaixador, se tanto ele como Salazar não tivessem "a firme vontade de preservar a neutralidade de Portugal, e se não tivesse havido o prudente timoneiro Salazar" porque, admitia Huene, havia muitas circunstâncias adversas à "nossa política de neutralidade".<sup>29</sup>

Ao longo de 1943 Lisboa fervilhava de boatos acerca de um possível pedido dos aliados em relação às bases dos Açores, e parece altamente improvável que nenhum destes boatos tenha entrado pela janela da embaixada alemã.<sup>30</sup> De facto, Huene questionara repetidas vezes o governo português sobre tal pedido britânico, mas era constantemente tranquilizado quer pelo secretário-geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Teixeira de Sampayo, ou pelo próprio Salazar. Sempre que Huene os inquiria, os portugueses negavam o perigo de qualquer ocupação aliada das ilhas atlânticas, e atribuíam os boatos à continuada guerra de nervos.<sup>31</sup>

A 26 de Julho, Huene, após uma conversa com Sampayo, escrevia a Berlim dizendo que o secretário-geral negara novamente que houvesse qualquer perigo de uma invasão dos Açores. Isto provava, escrevia Huene, que não tinham existido “exigências concretas em relação aos Açores”. Huene atribuía as repetidas visitas de Campbell ao Ministério dos Negócios Estrangeiros às questões acerca de *navicerts*.<sup>32</sup>

Nem mesmo as novidades apresentadas pelo subsecretário da Guerra Santos Costa levantaram mais suspeitas a Huene sobre o que se ia passando nas costas dos alemães. Odiava qualquer actividade excessiva dos serviços secretos alemães e sempre tentou manter os serviços secretos da embaixada tão pequenos quanto possível. Além disso havia sempre tantos boatos a circular por Lisboa que Huene preferia ignorar a maioria deles. Parece que a sua confiança em Salazar era tão completa que pensava que seria informado pelo chefe de governo se houvesse alterações de vulto na política portuguesa. Salazar também não iria dissuadir o embaixador alemão do seu “descanso” — com uma imprecisão a resvalar para a mentira pura disse a Huene a 27 de Agosto, ou seja, dez dias após a assinatura do Acordo dos Açores, que estava convencido de que a Inglaterra, o aliado mais antigo de Portugal, “não faria quaisquer exigências que resultassem num estado de guerra com a Alemanha, tal como a concessão de bases aéreas como base das suas operações de guerra ou a autorização do desembarque de tropas”.<sup>33</sup>

Há ainda mais uma razão pela qual Huene terá julgado mal o estado das relações anglo-portuguesas durante o verão de 1943. Na conversa de 27 de Agosto Huene questionara Salazar sobre a veracidade dos boatos segundo os quais o dirigente português declararia guerra ao Japão na semana seguinte. O embaixador britânico sir Ronald Campbell, que ficara bem conhecido pelos seus truques propagandísticos em postos anteriores, vinha encorajando a difusão de boatos nesse sentido durante todo o ano. Após a assinatura do Acordo dos Açores a 17 de Agosto de 1943, os britânicos tinham começado a aumentar a oferta de material militar a Portugal. Imediatamente apareceram artigos na imprensa especulando sobre o alcance de tais fornecimentos. Para acalmar a bisbilhotice, Campbell tratou de pôr a circular que “as notícias acerca de movimentações nas ilhas são apenas uma cortina de fumo que esconde a declaração de guerra de Portugal ao Japão a 20 de Outubro”.<sup>34</sup>

Huene assumira como missão a manutenção das boas relações entre Portugal e o Japão desde a ocupação de Timor de Fevereiro de 1942 pelos japoneses. Para ele, um corte de relações entre Portugal e o Japão faria perigar as relações luso-alemãs, o que devia ser evitado. Huene fora várias vezes mediador entre o ministro japonês em Lisboa, cuja comunicação com Salazar era difícil devido aos problemas de língua, e o chefe do governo português. Qualquer boato sobre uma declaração de guerra ao Japão ensombria o espírito de Huene e desviava a sua atenção das conversações anglo-portuguesas acerca do arquipélago dos Açores. Mesmo quando Sampayo informou Huene acerca do acordo a 12 de Outubro, o embaixador alemão, segundo Campbell, pareceu mais preocupado com uma declaração de guerra ao Japão, à qual se referiu várias vezes.<sup>35</sup>

Este comentário do embaixador britânico parece um pouco exagerado se olharmos para o relatório que Sampayo fez da sua conversa com Huene. Depois de

lhe ter sido dito que a Grã-Bretanha “fez jus à aliança” e pediu a utilização das bases nos Açores “que nós não pudemos recusar”, Huene “corou, fez uma cara muito séria, com um olhar um tanto surpreendido”. Na hora e um quarto que se seguiu, o alemão tentou perceber tanto quanto fosse possível as condições exactas sob as quais Portugal havia acordado as concessões aos britânicos. Sampayo assegurou ao embaixador alemão que não houvera uma cessação de direitos de soberania, facto a que Huene atribuiu grande importância. No entanto, quando Huene tentou argumentar que as ilhas eram parte de Portugal metropolitano, Sampayo desvalorizou tal sugestão, que isso não era verdade para fins estratégicos. “É então a ocupação do arquipélago?” perguntou Huene ao português. “De maneira nenhuma, as ilhas não serão ocupadas”, ripostou Sampayo. Ao longo de toda a conversa Huene manteve-se calmo e composto — tão calmo que Sampayo pensou que o embaixador alemão estava a envergar uma máscara. A única vez em que a discussão se tornou um pouco mais acesa foi quando Huene insistiu que os portugueses “deram o primeiro passo activo para sair da neutralidade”, enquanto que Sampayo reafirmou que os portugueses se tinham mantido passivos e meramente agido de acordo com as obrigações inerentes à velha aliança com a Grã-Bretanha. “Mas o que é esta aliança? Onde está o texto?” Huene viu-se finalmente forçado a perguntar, percebendo que a ameaçadora aliança tinha afinal contado mais do que ele alguma vez imaginara.

Quando o embaixador alemão percebeu que nada podia ser salvo, começou a queixar-se da dificuldade em lidar com o governo português. Não havia ninguém a quem se pudesse perguntar alguma coisa e os pedaços de informação tinham de ser recolhidos em diferentes locais e depois colados uns aos outros. Ao mesmo tempo que impunham este silêncio, vários generais portugueses tinham anunciado “vamos partir para a guerra”, continuava Huene, apesar de não ter dado grande crédito a tais declarações “de tal forma tinha confiança nas garantias dadas pelo presidente do conselho”.<sup>36</sup>

Na sua conversa com o secretário-geral Sampayo, Huene tinha já sugerido que não sabia como iria Berlim reagir ao Acordo dos Açores. Ele próprio compreendia o acordo, mas e Berlim? Campbell informou o Foreign Office em 13 de Outubro que, segundo o ministro italiano, Huene enviara um telegrama a Berlim pedindo uma aceitação da situação, dizendo que Salazar não tinha outra alternativa senão agir como agira e que os sentimentos portugueses para com a Alemanha não tinham mudado.<sup>37</sup>

A 15 de Outubro Huene entregou a Salazar uma nota formal protestando energicamente contra o que descrevia como uma “grave violação” da neutralidade portuguesa. O governo alemão reservava-se o direito de tomar “medidas decorrentes da nova situação nos Açores”. Huene, no entanto, não explicava que medidas o governo alemão pensava adoptar. A nota alemã referia-se também à forte pressão britânica a que Portugal se vira submetido, que tornara impossível uma recusa das exigências britânicas.<sup>38</sup>

Quinze dias depois Salazar rejeitou a sugestão de que Portugal tivesse cedido a pressões. Numa nota para o embaixador alemão, explicava que o governo britânico se limitara a invocar a aliança, “que se verificou agora”, e que era tudo.

De qualquer forma, assegurava Salazar, Portugal iria manter a sua neutralidade em todos os seus territórios.<sup>39</sup>

A reacção alemã ao Acordo dos Açores confirmou as análises britânicas feitas durante os primeiros dias de conversações anglo-portuguesas de Lisboa. Como Campbell relatava a Londres, a nota alemã estava escrita em termos fortes, mas em substância dizia pouco mais do que seria de esperar em tais circunstâncias.<sup>40</sup> No Outono de 1943 a máquina militar alemã encontrava-se tão esgotada que uma reacção militar ao Acordo dos Açores estava fora de questão. Além disso, os portugueses tinham sugerido que iam repor o equilíbrio com a entrega à Alemanha de mais volfrâmio do que antes — passo perdoado por Churchill e que iria provocar graves solavancos nas relações económicas anglo-portuguesas durante os seis meses seguintes.

Apesar de uma pequena irritação com o governo português por não o ter informado mais cedo do pedido britânico, a confiança de Huene em Salazar não foi abalada pelo Acordo dos Açores. A explicação de que Portugal não poderia ter actuado de forma diferente era suficientemente boa para Huene continuar o seu apoio ao governo português. No seu “relatório de contas” reflectiu sobre o “incidente” dos Açores: as relações luso-alemãs tinham sido postas à prova e os telegramas que enviara a Berlim durante esses dias tinham sido cuidadosamente redigidos — “para proteger Portugal de um ataque de cólera da parte do governo alemão”.<sup>41</sup>

[Tradução de Marta Duarte]

## Notas

- 1 Relatório de von Esebeck acerca das suas conversações com Santos Costa a 9 e 10 de Julho de 1943; 12 de Julho de 1943; secreto n.º 41/43 g. Kdos. Documentos de mão Hoyningen Huene. Arquivo Político do Ministério dos Negócios Estrangeiros Alemão (citado como PA/AA)
- 2 Roberts referia-se à situação na primavera de 1943. Conversa da autora com o falecido sir Frank Roberts, a 27 de Abril de 1994. No entanto, sir Harry Hinsley pôs em causa esta declaração no que se referia à importância da ULTRA para a vitória britânica na batalha do Atlântico. Hinsley diz também que as perdas na marinha britânica tinham vindo a decair desde a primavera de 1943. Conversa da autora com sir Harry Hinsley, 11 de Setembro de 1995. O último argumento de Hinsley é pegado por António Telo, que prova que a batalha do Atlântico já for a ganha pelos aliados na altura da conferência Trident em Maio de 1943: “mas os estados-maiores só se apercebem disso depois, quando os números são conhecidos”. António Telo, *Os Açores e o Controlo do Atlântico (1898-1948)*, Lisboa, Edições Asa, 1993. No entanto, mesmo depois de Maio de 1943, os Açores

continuaram a ser importantes para o planeamento de guerra britânico como base de abastecimento e de aterragem para a aviação em trânsito para outros teatros de guerra.

- 3 Ver Monika Siedentopf, *Die Britischen Pläne zur Besetzung der Spanischen und Portugiesischen Atlantikinseln während des Zweiten Weltkrieges*, Munique, Aschendorf, 1982; e A. Telo, *Os Açores...*, *op. cit.*
- 4 Uma possibilidade de trazer Portugal para a guerra estava na declaração de guerra ao Japão, novamente discutida em Janeiro de 1943. Campbell tinha tido uma conversa com Sampayo, que indiciara que as discussões com o Japão após a ocupação de Timor não tinham conduzido a nada, e que Salazar considerava agora que tipo de acção lhe seria permitida. Williams comentava a 30 de Janeiro que Campbell tinha de ser informado se o Foreign Office desejava uma declaração de guerra de Portugal ao Japão, que poderia levar à perda de Macau. No entanto, se Portugal se envolvesse na guerra, poderia ser vantajoso para a pretensão britânica das bases dos Açores. Roberts era mais crítico e pensava que Salazar continuaria “a distinguir o Extremo Oriente da Europa, onde está ainda consciente do perigo alemão e menos inclinado para abandonar a neutralidade”. Campbell ao Foreign Office, 25 de Janeiro de 1943, e minutas de Williams de Janeiro, Roberts de 31 de Janeiro de 1943, Public Record Office (PRO), FO 371, 34641, C1285/66/36. Como ficará demonstrado, uma possível declaração de guerra de Portugal ao Japão desempenhava um papel importante na dissuasão dos alemães sobre as ambições aliadas para os Açores.
- 5 Memorando Cavendish Bentinck para Campbell, não datado, PRO, FO 371, 34625, C1849/46/36.
- 6 Foreign Office a Washington, 29 de Março de 1943, PRO, FO 371, 34680, C3441/237/36.
- 7 Almirantado (comunicado) 15 de Maio de 1943, texto do primeiro-ministro para o vice-primeiro-ministro e ministro dos Negócios Estrangeiros, PRO, FO 371, 34681, C5438/237/36. A determinação de Churchill na obtenção de bases mesmo pela força era muito influenciada pelos Estados Unidos, que estavam encarregados da protecção dos comboios de navios que iam para a Grã-Bretanha e se mostravam muito impacientes pela obtenção das bases de aterragem nos Açores.
- 8 Minuta de Williams, 11 de Maio de 1943, PRO, FO 371, 34681, C5438/237/36. Williams reconhecia que isto seria principalmente um problema para o bloqueio britânico, visto o volfrâmio ser uma das principais deficiências da Alemanha.
- 9 Attlee e Eden ao primeiro-ministro, 11 de Maio de 1943, PRO, FO 371, C5438/237/36. Eden a Churchill, 24 de Maio de 1943, PRO, FO 371, 34626, C5976/46/36.
- 10 Reunião do comité de defesa, minutas, PRO, FO 371, 34626, C6325/46/36.
- 11 Campbell ao Foreign Office, 9 de Junho de 1943, PRO, FO 371, 34656, C6585/82/36.
- 12 Foreign Office para Lisboa, 11 de Junho de 1943, PRO, FO 371, 34656, C6585/82/36.
- 13 Campbell ao Foreign Office, 19 de Junho de 1943, PRO, FO 371, 34626, C7042/46/36. Apontamento Oliveira Salazar, 18 de Junho de 1943, secreto,

- Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), AOS/CLB/FA-1, pasta 1.
- 14 Campbell ao Foreign Office, 23 de Junho de 1943, PRO, FO 371, 34627, C7239/46/36. Churchill a Roosevelt, 29 de Junho de 1943, *Foreign Relations of the United States* (FRUS), 1943, vol. II, pp. 533-4. Campbell a Eden, 24 de Junho de 1943, PRO, FO 371, 34656, C7313/82/36. Campbell ao Foreign Office, 24 de Junho de 1943, PRO, FO 371, 34627, C7243/46/36.
- 15 António Telo, *Portugal na Segunda Guerra Mundial* (1941-1945), 2 vols., Lisboa, 1991, Vega, vol. I, p. 158. RE Vintras, *The Portuguese Connection: The Secret History of the Azores Base*, Londres, 1974, pp. 61-62.
- 16 Memorando entregue a 26 de Junho de 1943, ANTT, AOS/CLB/FA-6, pasta 1.
- 17 Memorando da delegação britânica, 7 de Julho de 1943, APP (43) 2, ANTT, AOS/CLB/FA-5, pasta 9.
- 18 Memorando da delegação britânica, 13 de Julho de 1943, APP (43) 3, ANTT, AOS/CLB/FA-5, pasta 9.
- 19 Memorando acerca das possíveis reacções que podem dar-se de parte das potências do Eixo como consequência da cedência de bases nos Açores à Inglaterra, 13 de Julho de 1943, CAPA/43/5, ANTT, AOS/CLB/FA-5, pasta 9.
- 20 Memorando da subsecção do exército da delegação britânica, 14 de Julho de 1943, ANTT, AOS/CLB/FA-5, pasta 9. Telo nota que a delegação portuguesa tinha uma margem de manobra muito limitada e sabia que todos os problemas fundamentais tinham de ser resolvidos por Salazar. A. Telo, *op. cit.*, p. 397.
- 21 Memorando da subsecção do exército da delegação britânica, 14 de Julho de 1943, ANTT, AOS/CLB/FA-5, pasta 9. Será mais tarde discutido que tal conclusão não podia ser retirada da recente atitude e comentários do adido militar alemão.
- 22 Resumo de uma conversa com personalidades alemãs de destaque em 11 e 12 de Julho de 1943, ANTT, AOS/CLB/FA-5, pasta 9. Deve ser contudo notado que todo o relatório se parece mais com um trabalho da propaganda alemã do que com um comentário distanciado acerca das declarações feitas por altos funcionários alemães. A ausência de tropas na costa sul francesa, por exemplo, é descrita como “um grande engano e a explicação é encontrada na arte de camuflagem, que dissimula todas as obras de defesa”. A invasão sem resistência da Sicília pelas forças aliadas é explicada pela tática de os alemães não deixarem que tantos soldados aliados escapem como em Dunquerque, pretendendo por isso “que todos os efectivos aliados fiquem na ilha, mas como prisioneiros, o que lhes permitirá o avanço até o interior, sendo depois cercados”. A seriedade de tal relatório e as declarações que contém tinham de ser altamente questionáveis.
- 23 Apontamento do chefe da Repartição dos Negócios Políticos, 16 de Julho de 1943, ANTT, AOS/CLB/FA-1, pasta 1.
- 24 *A Voz*, Lisboa, 9 de Julho de 1943.
- 25 Hoyningen Huene, “Nota”, 3 de Julho de 1945, documentos de mão Hoyningen Huene, PA/AA. vol. 5, pp. 12-13. Este artigo foi escrito quando Hoyningen Huene se encontrava detido em Konstanz, à espera de voltar a Portugal.
- 26 “Nota”, *cit.*, p. 6.
- 27 “Nota”, *cit.*, p. 7. Este processo teria sido ajudado pela atitude dos britânicos que, na segunda metade dos anos 30, tratavam Portugal mais como uma colónia do que



como um velho aliado.

- 28 "Nota", cit., p. 14.
- 29 "Nota", cit., p. 16, sublinhado meu.
- 30 Conversa de Otto Wolff com a autora, 29 de Maio de 1995.
- 31 Huene a AA, 10 de Julho de 1943, PA/AA, gabinete do secretário de estado, R29695, 129/122053. De notar a constante afirmação diante do governo português de que não haveria ocupação dos Açores.
- 32 Huene a AA, 26 de Julho de 1943, PA/AA, R29695, 129/122078. Huene a AA, 24 de Julho de 1943, PA/AA, R29695, 129/122070.
- 33 Huene a AA, 27 de Agosto de 1943, gabinete do secretário de estado, PA/AA, R29695, 129/122116-8.
- 34 Campbell ao Foreign Office, 30 de Setembro de 1943, PRO, FO 371, 34672, C11379/82/36.
- 35 Campbell ao Foreign Office, 13 de Outubro de 1943, PRO, FO 371, 34712, C11963/6465/36. Campbell relatava ainda que segundo Sampayo o ministro alemão sublinhara que tanto o ministro japonês em Berlim como o ministro japonês em Lisboa tinham feito tudo para realçar as boas intenções do Japão para com Portugal. O embaixador britânico em Espanha, sir Samuel Hoare, também relatara que os serviços secretos alemães estavam conscientes de que o 12 de Outubro seria o dia de uma importante movimentação dos aliados, embora os alemães tivessem assumido que os portugueses iam declarar guerra ao Japão nesse dia. Samuel Hoare, *Ambassador on Special Mission*, Londres, 1946, p. 241. As relações luso-japonesas tinham-se tornado cada vez mais difíceis desde que o governador português em Timor fora feito prisioneiro pelas autoridades japonesas.
- 36 Apontamento Sampayo, 12 de Outubro de 1943, ANTT, AOS/CLB/FA-2, pasta 3.
- 37 Campbell ao Foreign Office, 13 de Outubro de 1943, PRO, FO 371, 34712, C11963/6465/36.
- 38 Embaixada alemã a Salazar, 15 de Outubro de 1943, ANTT, AOS/CLB/FA-2, pasta 3.
- 39 Salazar a Huene, 30 de Outubro de 1943, ANTT, AOS/CLB/FA-2, pasta 3.
- 40 Campbell ao Foreign Office, 15 de Outubro de 1943, PRO, FO 371, 34712, C12106/6465/36.
- 41 "Nota", cit., p. 17.